

## Resenha

---

### O fascismo e as origens ideológicas da ditadura argentina

*Fascism and the ideological origins of the Argentinean dictatorship*

Júlio de Azambuja Borges<sup>1</sup>  
julioborges.br@gmail.com

FINCHELSTEIN, F. 2008. *La Argentina fascista: los orígenes ideológicos de la dictadura*. Buenos Aires, Sudamericana, 224 p. (Coleção Nudos de la historia argentina)

O presente orienta as miradas ao passado em busca de explicações. Com esta tônica, foram publicadas reportagens nos suplementos de cultura de importantes jornais de Buenos Aires (*La Nación*, 2007; *Página/12*, 2007) divulgando o lançamento da coleção *Nudos de la historia argentina*, em outubro de 2007. Nessas reportagens, o historiador argentino Jorge Gelman, diretor da coleção, é chamado a falar sobre o que considera um contra-ataque da universidade.

Ele se refere à percepção de que os historiadores devem preocupar-se não apenas com as pesquisas e com a escrita tendo em vista seus pares, mas também com a divulgação acessível dos resultados de seu trabalho para um público não especialista. Em um contexto de alta demanda de explicações como o do atual momento da Argentina – fruto da grave crise do início da década – a necessidade de obras de qualidade é urgente, principalmente quando o mercado editorial é ocupado por livros de História de duvidoso rigor acadêmico.

A coleção se propõe justamente a ocupar esse espaço, publicando livros que tratam de importantes momentos da história argentina, com solidez, com rigor acadêmico e com um diferencial: a acessibilidade de sua escrita. Com textos que pretendem ser atrativos e compreensíveis, o objetivo é construir uma ponte entre a produção historiográfica contemporânea e um público não especialista interessado em explicações dos processos históricos.

Federico Finchelstein é um dos jovens historiadores argentinos que aceitou o desafio de convergir anos de pesquisa acadêmica em um livro acessível.

<sup>1</sup> Mestrando em História pela  
Universidade do Vale do Rio dos  
Sinos – UNISINOS.

Doutor em História pela *Cornell University* (EUA), ele afirma que sua visão de História está vinculada às suas próprias experiências históricas.<sup>2</sup> Sua infância foi marcada pelo contexto da repressão da última ditadura argentina (1976-1983), e a busca de compreensão deste período é a força motriz do livro aqui discutido.

O título da obra – *La Argentina fascista: los orígenes ideológicos de la dictadura* – é revelador de seu objetivo principal: analisar a história das ideias de tipo fascista e sua poderosa influência na História argentina do século XX.

De início, o autor procura situar o perigoso uso do termo fascismo. Atualmente, sua utilização pública está mais ligada às críticas pejorativas do que a análises políticas sérias, entretanto seu uso histórico, adverte o autor, deve ser muito mais cuidadoso. Finchelstein compartilha a concepção de que o fascismo foi um fenômeno genérico, caracterizado por: (a) política revolucionária de massas; (b) nacionalismo extremo dotado de uma ideologia própria; (c) estilo público que enfatiza a emoção das massas e a ação simbólica, que reivindica as relações hierárquicas, ideias corporativas e integralistas, políticas autoritárias e racistas, e (d) ainda defende o valor regenerador da violência política, da tortura e da guerra.

Com base nesse entendimento amplo e flexível, ficam claras as importantes diferenças nas diversas expressões nacionais dessa ideologia. Assim, para o autor, a comparação entre os fascismos europeus e suas manifestações latino-americanas é uma atividade intelectual possível, mas que não pode deixar de lado as marcadas diferenças regionais.

Consciente de que o uso do termo fascismo é anacrônico em análises de realidades posteriores a 1945, ano de sua derrota mundial, Finchelstein afirma que isso não implica a impossibilidade de se tratar na Argentina, onde os fascistas não foram derrotados, do legado deixado por estes na cultura política do país. Esse legado transcende a caracterização fascista original, mas não suas ideias principais.

Segundo ele, os nacionalistas argentinos de extrema direita do início do século XX não apenas reuniam características gerais do fascismo, mas também se denominavam fascistas; entretanto, sua ideologia estava longe de ser apenas importação europeia. A recepção ao fascismo foi precedida por ideologias locais que contribuíram para as reformulações e as distorções próprias ao país. Essas reelaborações configuraram o que pode ser chamado de “fascismo *criollo*”, “fascismo à Argentina”; ou ainda de “clérico-fascismo”, pois esta denominação apresenta um componente diferenciador fundamental neste engendro originalmente *criollo*: a Igreja Católica.

O fascismo à Argentina, em seu movimento constante, converteu-se em experiências históricas e modificou-se ao longo do tempo. O livro apresenta esse extenso trajeto, explorando a sobrevivência dessa ideologia desde os intelectuais nacionalistas de extrema direita, nomeadamente fascistas, até a última ditadura que dominou o país entre os anos de 1976 e 1983.

A apresentação dessa longa trajetória traz uma clara ideia de permanência. Finchelstein não nega as mudanças, as variações ideológicas que ocorreram no transcurso do século XX, no entanto, a ideia central do livro, a chave interpretativa utilizada (testada/percebida) nos diferentes momentos é uma: a permanência da ideologia fascista à Argentina.

No confronto entre continuidades e transformações, a primeira logrou maior êxito. A ideologia fascista cristã, própria da Argentina, sofreu variações com o passar das décadas, porém setores específicos, dentre os quais se destacaram o Exército (a espada) e a Igreja Católica (a cruz), garantiram a sobrevivência de ideias – racismo, antissemitismo, inimigo interno traidor da Pátria e de Deus, valorização da violência, da tortura, da guerra – que foram radicalmente literalizadas durante a ditadura.

A escrita segue uma linha cronológica, na qual alguns momentos chave, apresentados nos seis capítulos que compõem o livro, possibilitam a costura do texto na demonstração do legado ideológico do fascismo à Argentina. Entre essas circunstâncias, destacam-se as seguintes: (a) a ditadura de Uriburu (1930-1932): primeira ditadura moderna da Argentina, a qual apresentou caráter nacionalista e conservador; (b) Período entreguerras: no qual o fascismo europeu se desenvolvia e era recebido, não sem reelaboração, pelos nacionalistas congregados nas mais diferentes associações; momento de multiplicação dos periódicos fascistas; (c) Peronismo: cuja genealogia está certamente vinculada ao nacionalismo, ao fascismo cristianizado da Argentina; entretanto, no seu desenvolvimento, afastou-se gradativamente do Exército e da Igreja, para criar uma ideologia política *sui generis*; reformulou o fascismo até o deixar irreconhecível; (d) Período entre a queda de Perón (1955) e o início da última ditadura (1976): nestes anos, surgiram grupamentos paramilitares, como o antissemita e de extrema direita *Tacuara*. Grupo de nacionalistas jovens que se inspiravam no nacionalismo argentino de entreguerras e baseavam sua prática na luta de “tudo ou nada” contra os inimigos internos da nação. Exemplo notável dos variados desdobramentos que esse grupo teve – tanto para a direita como para a esquerda – foi o grupo paramilitar de extrema direita *Alianza Anticomu-*

<sup>2</sup> Conforme seu perfil, escrito em primeira pessoa no site da universidade onde trabalha, a *The New School* de Nova Iorque.

nista Argentina, a famosa *Triple A*, que superou Tacuara em sua objetivação da teoria que sustentava ambas: entre 1973 e 1976 a *Triple A* executou mais de 900 inimigos.

Ao longo do texto, o autor é bastante enfático em dois pontos: o papel da Igreja e o forte antissemitismo do clérigo-fascismo argentino. Segundo ele, um dos traços distintivos deste, em comparação a outros fascismos, é justamente o papel da Igreja Católica, que, na Argentina, constituía fundamental base de sustentação da ideologia nacionalista. Sua participação, por intermédio das mais variadas hierarquias eclesiásticas, era extremamente ativa nas ações e doutrinamentos nacionalistas, inclusive no que concerne ao papel da violência – atributo central nos fascismos – que ganhava justificativa teológica: Deus aprova a violência pelo bem, pela salvação da nação. Os inimigos, na visão simplista e binária dos fascistas, os outros, deviam manter-se longe.

Os judeus, por sua vez, ocupavam uma posição central no leque de inimigos da nação e da religião católica, entendidas pelo nacionalismo argentino como unidades indissolúveis. Em diferentes medidas, os antissemitas sacerdotes e nacionalistas consideravam que os judeus, como povo, participavam e até mesmo coordenavam confabulações antiargentinas. Entretanto, destaca o autor, de forma distinta das concepções fascistas europeias, esses judeus seriam originários da própria Argentina, ou seja, eram encarados como inimigos internos, aqueles contra os quais as forças deveriam ser direcionadas, já que os inimigos externos não apresentavam riscos.

Diferente do fascismo italiano e do nazismo alemão, o antissemitismo argentino estava menos focado nas ideias raciais do que na soma destas com o antissemitismo católico tradicional. Cabe o destaque de um exemplo, mediante a transcrição de uma das fontes recorrentemente utilizadas por Finchelstein, o periódico fascista *Clarínada*:

*Clarínada no combate los judíos porque son judíos, ni pretende agitar luchas religiosas o raciales. Clarínada combate a los judíos, porque ellos son los inventores, organizadores, directores y sostenedores del comunismo en todo el mundo. Clarínada combate a los judíos, porque los judíos, cumpliendo con las directivas de los 'Sabios de Sión' corrompen la moral cristiana, estimulan los vicios y los defectos humanos, para aniquilar la conquista espiritual de la humanidad hecha por Jesús, primera víctima de los JUDÍOS DEICIDAS. Clarínada, 16 de agosto, 1938 (Finchelstein, 2008, p. 94).*

Percebe-se, também, o forte caráter anticomunista vinculado ao antissemitismo do clérigo-fascismo argentino. Além do comunismo e do marxismo, também faziam

parte do rol de inimigos: a maçonaria, o capitalismo, o liberalismo, a democracia.

Argumento secundário e recorrente no livro, que se vincula à ideia central da permanência intelectual do fascismo à Argentina, reforçando-a, é o de que a última ditadura literalizou as ideias disseminadas ao longo do século no extenso percurso do fascismo à Argentina. O que antes eram apenas ideias concretizou-se na tortura, nos campos de concentração, nos desaparecimentos. O caso dos judeus, apresentado com vigor por Finchelstein, é exemplar: os judeus são contados como dez por cento das vítimas do autointitulado Processo de Reorganização Nacional, apesar de, naqueles anos (1976-1983), representarem apenas um por cento da população do país. Para além da questão proporcional, já sinalizadora do componente antissemita da ditadura, outro aspecto, muito mais sombrio, é revelado pelo autor. Baseado em relatos – como os que se encontram no *Nunca Más* – dos poucos sobreviventes judeus, ele demonstra as imbricações entre o Holocausto e o massacre perpetrado pela ditadura nos campos de concentração. Personagens, símbolos e ações do fascismo clássico eram emulados pelos torturadores argentinos naquilo que pode ser definido “*como una presencia transgeneracional del trauma exacerbada por la ideología*” (Finchelstein, 2008, p. 177). Nesse sentido, pode-se pensar que a Argentina teve uma relação única com o Holocausto, baseada em um antissemitismo que está longe de poder ser considerado tardio. Sua origem remonta ao nacionalismo, já antissemita, das primeiras décadas do século XX. A diferença com o passado, sublinhada pelo autor, está justamente na literalização desse discurso, na objetivação de práticas violentas contra inimigos definidos com grande antecedência.

Em sua busca por explicitar as origens ideológicas da última ditadura argentina, Finchelstein rechaça a teoria dos “dois demônios” – interpretação que coloca uma simples e falsa relação de causalidade entre a violência dos movimentos revolucionários de extrema esquerda e a reação dos setores de extrema direita vinculados às forças armadas. Discurso esse que minimiza, assim, a responsabilidade do Estado por suas práticas terroristas, e também relativiza a vitimização daqueles que foram desaparecidos ou foram postos em campos de concentração; um mito que está difundido não só na Argentina, mas também no Brasil e nos demais países do Cone Sul e que confirma uma pretensa inocência da sociedade que, longe do conflito, acabou como vítima da barbárie que observava.

Para o historiador argentino, “*no es ésta una genealogia con dos demônios sino con uno: el legado ideológico del fascismo argentino*” (Finchelstein, 2008, p. 135). Para ele, a cultura política nacionalista, aceita e compartilhada por muitos, representa uma explicação mais adequada para a

ideologia da ditadura e sua hegemonia política e cultural durante os anos em que esteve no poder.

Na defesa de sua tese, o autor afirma, de forma redundante, que a ditadura não foi original em suas teorias nacionalistas, tampouco as importava. Os argumentos utilizados continuavam a girar em torno da cruz e da espada, da Igreja Católica e do Exército argentino. Além disso, o papel das influências externas também é relativizado. Finchelstein sustenta que

*la violencia política de la dictadura no fue tanto un reflejo de la influencia de las preocupaciones francesas o estadounidenses por la seguridad nacional, que le daban um renovado marco internacional a la dictadura e incluso la legitimaban, sino um producto de la genealogía histórica del nacionalismo fascista argentino (Finchelstein, 2008, p. 135-136).*

Apresentada esta origem, resultado de influências, mas, prioritariamente, fruto de elaborações e reelaborações internas, o autor conclui, demonstrando sua preocupação com o presente. Ao perceber que a permanência ou mesmo a hegemonia das ideias nacionalistas em diversos âmbitos do cotidiano formam um *habitus*, fazendo parte do senso comum da cultura política argentina atual, Finchelstein afirma que o legado nacionalista permanece ativo.

Nessa longa trajetória histórica apresentada pelo autor, acredito que caiba destacar uma ausência significativa: a da penúltima ditadura civil militar argentina. A “Revolução Argentina”, assim denominada pelos seus próceres, dominou o país entre 1966 e 1973 e sua ausência não é incomum na historiografia, tanto estrangeira, quanto argentina. A falta de referências a este importante período da História talvez possa ser explicado por sua aparente brandura em relação à repressão estabelecida pelo último governo ditatorial. Tal alegação carece de justificativa por sua demasiada simplicidade. Os estudos sobre as ditaduras civil-militares do Cone Sul não podem se pautar em critérios quantitativos, em uma escala de gradação que define o foco apenas naquelas em que desapareceram mais pessoas. Isso parece óbvio, quando se pensa no fascismo italiano e no nazismo alemão. Na realidade latino-americana, não pode ser diferente, sob o risco de cometer-se o imperdoável erro de identificar, nesta ótica, “ditabrandas”<sup>3</sup> entre os governos repressivos que dominaram a segunda metade do século XX. Essa concepção se agrava, caso se pretenda, como o livro de Finchelstein, destacar o caráter processual das ideologias que embasaram e legitimaram a tomada do poder e as ações terroristas dessas ditaduras.

Assim, não se pode esquecer que a penúltima ditadura argentina foi um ensaio, duro ensaio, da infelizmente famosa última ditadura.

Além disso, entendo que seja necessária uma rápida problematização quanto ao uso do termo fascismo (os limites da resenha não permitem maiores digressões). Se for cotejada a utilização dessa palavra, no livro, com a ampla discussão trazida por Robert Paxton (2007), em seu recente *A anatomia do fascismo*, o uso do termo por Finchelstein, mesmo adicionado do epíteto “à Argentina”, soa um pouco apressado.

Paxton (2007), que se coloca entre aqueles que se recusam a utilizar o termo fascismo e os que o utilizam de forma indiscriminada – o objetivo do seu livro é justamente resgatar o conceito para usos significativos – sustenta que é bastante complexo falar em fascismo fora da Europa. Em sua ampla abordagem, o historiador estadunidense considera a possibilidade de algumas manifestações aproximadas ao fascismo na América Latina. No entanto, os exemplos são mínimos e se circunscrevem ao Brasil e à Argentina: Ação Integralista Brasileira (“a coisa mais próxima a um partido de massas fascista nativo da América Latina” (Paxton, 2007, p. 314)); o governo Vargas durante o Estado Novo; e o governo de Juan Perón. Para ele, as similaridades, poucas e superficiais, encerram-se no mecanismo de poder e de propaganda tomadas de empréstimo do fascismo.

Na delimitação das fronteiras do fascismo, utilizadas para a chegada a um conceito final, Paxton (2007) o diferencia de formas de governo que devem, ou deveriam, ser caracterizadas por termos distintos. Segundo ele, é fácil confundir o fascismo com as ditaduras militares em geral. Apesar de todos os regimes fascistas terem sido militares, o inverso não é verdadeiro. As ditaduras, muito mais comuns, atuam com tirania, mas sem ousar desencadear a excitação popular.

*As ditaduras autoritárias governam por meio de forças conservadoras preexistentes (as igrejas, os exércitos, os interesses econômicos organizados) e buscam desmobilizar a opinião pública, ao passo que os fascistas governam por meio de um partido único e tentam gerar entusiasmo público (Paxton, 2007, p. 24).*

A diferenciação entre fascismo e autoritarismo também é esclarecedora. Paxton (2007), utilizando como exemplos a Espanha de Franco, Portugal de Salazar e a França de Vichy, reconhece ser esta uma distinção mais delicada, pois esses regimes assumiam algumas caracte-

<sup>3</sup> Como fez o jornal *Folha de São Paulo*, em editorial de 17 de fevereiro de 2009, ao caracterizar a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) como “ditabranda”.

rísticas fascistas como o desrespeito às liberdades civis e a brutalidade homicida. Entretanto, eles não compartilhavam a prática de tentar reduzir a esfera privada a zero, admitindo domínios de espaço privado por parte de grupos da sociedade como as associações econômicas, os corpos de oficiais, as famílias e as igrejas; além da fundamental diferença no desejo de deixar as populações desmobilizadas e passivas.

Segundo o sofisticado conceito de fascismo elaborado por Paxton (2007), mediante a visualização de suas fronteiras, pode-se perceber claramente os limites de seu uso na História Argentina e latino-americana. Para se focalizar apenas um aspecto, basta sublinhar, entre as diferenças citadas, todas aplicáveis, a falta de mobilização das populações.

As diferenças entre o fascismo europeu e as manifestações encontradas na Argentina, corretamente percebidas por Finchelstein, não foram suficientes para uma renúncia ao termo, talvez mais adequada. Tal rotulação, mesmo com o epíteto “à Argentina” agregado, que suaviza a crítica, parece não escapar a um confronto com a falta de características correspondentes ao fascismo clássico, que acaba por esvaziar seu conteúdo. Não que não haja influências de tipo fascista, no campo das ideias e na prática; o livro todo é demonstração adequada da existência dessas ao longo do século XX. O que talvez devesse ser evitado é a caracterização da permanência de um nacionalismo, mutante e composto de múltiplas influências, por meio de um termo que representa, em termos estruturais, realidades distintas.

Junto à ideia central, reside o que pode ser considerado o maior mérito da obra do autor argentino. O livro adverte o caráter processual das ideologias, que não surgem, de maneira geral, como irrupções na história dos países. Elas são sempre condicionadas pelos contextos locais, pelos desenvolvimentos próprios que levam a ree-

laborações as mais diversas. O historiador lembra que não se pode ser ingênuo e aceitar transposições simplistas de teorias estrangeiras para realidades locais específicas, sob o risco de se perderem as complexidades que formam os multifacetados processos de construção ideológica. Entretanto, parece que houve certo exagero. A chave de leitura da realidade, o fascismo à Argentina, acaba valorizando tanto o caráter interno que deixa de lado consideráveis influências externas – oriundas do mundo bipolar da Guerra Fria, por exemplo – desconectando a Argentina de um contexto de influências mais amplo do qual os países latino-americanos não estão totalmente livres.

Para finalizar, pode-se retomar a apresentação inicial, quando se trata dos objetivos da coleção *Nudos de la historia argentina*. A tentativa de levar ao público livros de História de rigorosa exatidão acadêmica em uma concorrência com os livros de “história de e para massas” não é uma tarefa fácil. A redução do campo de hipóteses para descrever as ideologias que nortearam a última ditadura argentina, realizada em *La Argentina fascista*, acaba por dar uma nitidez argumentativa e narrativa que normalmente não se encontra nas obras acadêmicas, que, de forma usual, consideram fatores múltiplos. E este foco em um conceito organizador simples é característico das obras que encontram eco no senso comum, justamente aquelas que a coleção pretende superar.

## Referências

- LA NACIÓN. 2007. *La historia académica, al contraataque*. Disponível em [http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota\\_id=951991](http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=951991), acessado em 04/2009.
- PÁGINA/12. 2007. *Jorge Gelman y “Nudos de la historia argentina”*. Disponível em <http://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/espectaculos/2-8121-2007-10-30.html>, acessado em 04/2009.
- PAXTON, R. O. 2007. *A anatomia do fascismo*. São Paulo, Paz e Terra, 420 p.